

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO

GETÚLIO VARGAS E O POPULISMO

TÁLITA JACY RASOTO

CURITIBA
2009

TÁLITA JACY RASOTO

GETÚLIO VARGAS E O POPULISMO

Trabalho de conclusão apresentado como
requisito parcial à obtenção de Lato Sensu em
Sociologia Política, da Universidade Federal do
Paraná, sob orientação do professor doutor
Adriano Codato.

CURITIBA
2009

RESUMO

Quando se faz um estudo sobre a política e suas formas tradicionais de dominação, no caso brasileiro, deve-se levar em conta o período em que o país viveu forte apelo dominador, com características hegemônicas inerentes a uma forte ideologia pautada na burguesia. Este é característico do contexto populista, vivido pelos brasileiros na chamada Era Vargas, período compreendido entre 1930 a 1954 e que, nesta pesquisa busca-se responder de que forma esta política se tornou viável neste contexto de profundas mudanças estruturais nos eixos que são base da sociedade, principalmente economia e política, e o que trouxe de consequências para seu líder Getúlio Vargas.

Palavras-chave: populismo, Era Vargas, ideologias políticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
POPULISMO E IDEOLOGIA	7
A POLÍTICA POPULISTA E VARGAS	12
O QUE SOBROU DO POPULISMO NA ERA VARGAS	19
CONCLUSÃO	25
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1 INTRODUÇÃO

Conceitos instaurados após análises e interpretações de movimentos e ideologias políticas constituem elementos-chave para uma abordagem dos instrumentos que determinam a expressão política dentro de um Estado. A preocupação em definir e/ou caracterizar as manifestações sociais estão intrinsecamente ligadas a essa busca em responder o que e quais os mecanismos utilizados pelas instituições políticas. Dentro da procura pelo conceito e da utilidade, a definição do que se convencionou chamar de *populismo* foi foco constante de indagações durante longo período.

O objetivo fundamental desta pesquisa não foi defini-lo dentro da concepção consensual de movimento popular, cuja estrutura é formada por classes populares que, entre tantas características, é passiva perante a manipulação governamental. Aliás, esse é um fator relevante para entender o sentido da política populista, embora a abordagem ocorra a partir do papel fundamental que tal política teve para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O período em que Getúlio Vargas esteve no comando do país – primeiro, entre o início da Revolução de 30 até 1945 quando de sua deposição, segundo, no governo eleito cujo término ocorreu em 1954, com o suicídio do presidente – representa a fase mais importante do populismo do Brasil.

No primeiro capítulo, o enfoque está acerca do conceito aplicável ao caso brasileiro. Ernesto Laclau cita que este movimento de dialética entre povo e classes se concentra em

forças hegemônicas na medida que conseguem articular as interpretações populares a seu próprio discurso. Para as classes dominantes essa articulação consiste (...) na neutralização do povo. Para as classes dominadas, no desenvolvimento do antagonismo inerente a ele (LACLAU, 1978, p. 201).

Ao procurar pela idealização de um de governo que atendesse as necessidades de uma população carente por desenvolvimento em vários campos, além de um discurso político legítimo de dominação, o populismo foi um dos pilares à criação e sustentação de uma nova conjuntura política no Brasil.

Vargas tornou a prática viável devido a sólidas bases nas políticas tradicionais da República Velha (1889-1930). De tal modo, a segunda seção versa

sobre suas articulações no campo do domínio político e como conseguiu estabelecer sua hegemonia com forte controle político, paternalismo e conservadorismo. Uma das formas pelas quais o populismo se vivificou está na figura dinâmica de um líder. Vargas simbolizou um comandante que ponderava carisma, tradição e regras bem estabelecidas – eixos dos tipos puros de *dominação*, segundo conceito de Max Weber – para que a relação entre líder e massa obtivesse autenticidade e atingisse objetivos particulares, meios da definição de populismo.

Como a população serve como suporte para a sustentabilidade da ideologia, não seria incoerente que a mesma percebesse os verdadeiros intuitos que o líder populista tinha com a estreita relação. Os benefícios poderiam ser visíveis, mas não impediam que os vários grupos sociais que formavam este contexto, percebessem o quanto o jogo político não definia seus verdadeiros interesses. Este é um ponto abordado no terceiro capítulo que, além de discutir as transformações trazidas as várias classes, a partir da política essencialmente voltada aos interesses oligárquicos, observou-se que se constituiu em suas bases sociais, que *“foram, até agora, no Brasil, insuficientes para assegurar o poder político. Isto ficaria demonstrado pelo destino de Vargas, em 1945 e em 1954”* (LACLAU, 1978, p. 198).

Os levantes contra o governo, partindo desde burguesia industrial, comercial, setor bancário e fundamentalmente as bases populares vinham em uma crescente. Neste sentido, o populismo integrou na Era Vargas, componente de movimentos com total divergência em sua estrutura e um mecanismo, que dentro do processo de transição de uma sociedade tradicional para industrial, se tornou legítimo, já que se buscavam mudanças e evoluções, dentro de um conjunto de instituições que formavam o Estado no período de 1930 até 1954.

2 POPULISMO E IDEOLOGIA

Diante de algumas representações políticas que o Brasil teve a partir da consolidação da República, o populismo, tanto como ideologia quanto como prática política, está entre as que mais influenciaram no imaginário e nos estudos sociológicos e políticos desenvolvidos no país. Apesar disso, a prática não pode ser caracterizada unicamente como um fenômeno brasileiro, pois em considerável parte do Ocidente esta política exerceu peso – teve relevância, por exemplo, nos Estados Unidos e em diversas regiões da América Latina, cujo maior exemplo é o fenômeno do Peronismo, que influenciou na política argentina durante a década de 1940 e que mantém um legado naquele país até a atualidade.

A partir da relevância e influência do populismo, muitos pesquisadores buscaram uma definição para que o termo fugisse do senso comum, ou seja, um conceito que criasse o saber acima das experiências do cotidiano. Contudo, para compreender o tema, o modelo deveria ser resumido em elementos centrais, além de ser caracterizado como uma manifestação social, ocorrida em determinado contexto histórico. Guita Grin Debert diz que o

populismo constitui uma relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos, relação essa explicada através do recurso à idéia de demagogia, nem sempre claramente definida. Segundo esta concepção, o líder populista não aparece como um verdadeiro político, mas, sobretudo como um aproveitador da ignorância popular (DEBERT, 1979, p. 01).

Tendo a população relação direta ou indireta com esta política no Brasil, a partir da década de 1930 (foco do presente trabalho), a visão de um estado democrático por parte do governo e a democratização das relações políticas e sociais, com participação de uma democracia burguesa no Brasil, resultou em mudanças empíricas, mesmo que, o termo democracia e as práticas a partir dela não tenham configurado no regime consolidado na época. A expansão do sistema educacional nos níveis mais básicos de ensino, além das conquistas de direitos políticos e benefícios sociais por parte da classe média e operária, inclusive em regiões agrícolas, são alguns exemplos dessas mudanças institucionais. Por meio desta “democracia” (aqui, no sentido de almejando um acesso maior da população tanto à decisão quanto a questões políticas e administrativas do Estado) que

começava a idealizar-se uma política que resultava na incorporação das massas populares no processo. O novo período pedia essa inserção.

A formação dos primeiros centros urbanos e a conseqüente migração da população para as cidades, fenômeno iniciado a partir da transição para o século XX, exigiu políticas diferentes que as voltadas aos habitantes do meio rural, até então predominante na demografia do país¹. A pressão sobre o Estado tornou-se visível, fator que gerou um período de turbulência tanto de fatores internos – como a ruptura das estruturas político-econômicas em função da crise da cafeicultura, da politização dos setores jovens das forças armadas, além das reivindicações operárias e de setores sociais médios, e do antagonismo das camadas dominantes – e externos – como os dois conflitos mundiais, separados pela crise econômica de 1929, entre outros acontecimentos. Neste contexto o país buscava orientar-se econômico, cultural e politicamente.

Como o cenário era de transição para uma economia industrial, o período foi simbolizado pelas *políticas de massa* como novo modelo de organização política e de sustentação do poder que, diferente da *política de partidos*, foi o fundamento da democracia populista. Nesse sentido, o populismo aparece como expressão de camadas sociais distintas e está relacionado a vários conceitos e práticas. Quando do seu auge, entre 1930 e 1964, constituía-se de um lado como uma forma de satisfazer as classes populares, por meio da manipulação do Estado sobre estas, o que tornou política viável diante da capacidade de atender um pequeno grupo ao mesmo tempo em que pregava o atendimento aos interesses da população. Por outro lado, levou a consciência social destas ao obscurantismo, pois acabou impedindo que participassem com independência e autonomia da vida em sociedade.

¹ O estudo *Tendências Demográficas – uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000* revela o processo de êxodo rural no país no período acumulado de seis décadas: de acordo com a pesquisa, os centros urbanos propiciaram uma espécie de atração, “não só pela natureza da dinâmica econômica, mas também pela evolução gradual na busca dos serviços públicos essenciais, como hospitais e educação, além de outros tipos de serviços” (IBGE, 2009). O levantamento aponta que a população quadruplicou em 60 anos: “Em 1940, o contingente de população urbana no Brasil correspondia a 12,8 milhões de habitantes e, em 2000 atingiu 137,9 milhões, tendo tal acréscimo de 125,1 milhões de habitantes urbanos resultado no aumento do grau de urbanização, que passou de 31,3%, em 1940, para 81,2%, em 2000. (...) O contingente demográfico rural passou de 28,2 milhões, em 1940, para 31,8 milhões de habitantes em 2000. Em 1940, com 2/3 da sua população concentrada nas áreas rurais, o País possuía características eminentemente agrícolas, com forte presença da agricultura de subsistência e do grande latifúndio” (IBGE, 2009).

Para buscar entender o contexto de formação do populismo, Francisco Weffort interpreta este processo como parte da expressão política de alguns interesses de determinados segmentos da sociedade. O autor apontou as condições gerais para que o populismo viesse a ser praticado em alguns países – e que nesta pesquisa foi recortado para a situação brasileira. Para ele, o cenário ideal para a consolidação da forma de governo se forma mediante a:

1 – massificação, provocada pela “proletarização” de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”, “conglomerado multitudinário de indivíduos relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica”; 2 – perda da representatividade da classe dirigente – e em consequência, de sua “exemplaridade” – que assim, se transforma em dominante, parasitária; 3 – aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas (WEFFORT, 1978, p. 26).

Estas condições foram estabelecidas por meio da revista nacionalista *Cadernos do Nosso Tempo*, a qual para Weffort idealizou um esquema útil de interpretação para o populismo que, enquanto fenômeno político foi observado como relevante nas áreas urbanizadas, sendo subsidiado por uma forte pressão do desenvolvimento industrial. Em um contexto histórico capitalista, no qual havia burguesia e proletariado, as ações políticas das duas classes, e mais do segundo, tendiam ao debate político entre ambas e a imposição de uma classe perante a outra. Reproduzia-se o ideal de que a burguesia tinha sua “*marca de classe na superfície amorfa da massa*” (WEFFORT, 1978, p. 29). Sendo o Brasil um país cuja economia voltava-se ao grande mercado, o populismo, assim como à política de industrialização capitalista dirigida pela burocracia do Estado, “*foi resultado das peculiaridades do processo de ascensão da burguesia brasileira ao poder*” (DEBERT, 1979, p. 19). As classes médias, excluídas do sistema político, reivindicavam maior participação, o que fez com que a Revolução de 1930 fosse um movimento originário destas, que vinham descontentes com o Estado e como consequência almejavam uma mudança que abriria portas do sistema político aos novos setores da população, observados nas grandes cidades. Faltava no país uma nova classe em evidência com papel hegemônico e, para os pesquisadores, uma nova abordagem sobre o assunto, dando importância

fundamental nos estudos sobre o papel do Estado, as peculiaridades do processo de industrialização na região, a complementaridade de interesses entre as oligarquias cafeeiras e a burguesia industrial, a situação dos setores periféricos da oligarquia fundiária, o papel do Exército e das classes médias e as características do proletariado urbano e rural (DEBERT, 1979, p.20).

A economia agrária a partir dos anos 1920 vinha em constante queda. O desenvolvimento das cidades associado ao crescimento industrial trazia grande contingente populacional às áreas urbanas e com isso a fragmentação das massas, que por vezes tinham a garantia de um emprego nas fábricas. Por outro lado, dividiam essa relação urbana com o que se convencionou chamar de “massas marginais” (dentro da concepção marxista que trata a marginalidade no nível das relações produtivas e não de consumo). A realidade social saltava aos olhos dos que percebiam a cada ano maior número de indivíduos que entravam nas estatísticas dos que estavam ainda mais a margem social.

Na década seguinte abre-se um novo contexto no processo político brasileiro, e o populismo se firmou como um estilo de governo que atendia as pressões populares e a essas desigualdades visíveis. Seus líderes conseguiam adesão popular nos centros urbanizados, tinham um “estilo” o qual não deixava claro seus ideais e políticas pessoais. O que se evidenciava eram os interesses que giravam em torno da conquista do voto popular, quando este ocorria, e na manipulação das aspirações do povo.

Estes princípios se basearam nas relações de dominação que ocorrem entre indivíduos que buscam o poder. Max Weber viu a sociedade sobre estes aspectos e apresentou uma realidade social que se fundia mediante as ordens econômica, social, político-jurídica e religiosa, fundamentos que são contemporâneos aos estudos sobre a política e o meio social. Tendo como ponto de partida o líder populista, e todas as características que a ele foram vinculadas, o conceito de *poder* e a utilização dele no meio político o qual se apresenta, em definição, segundo o autor, “*significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade*” (WEBER *apud* PETRY, 1994, p. 33).

Para que o poder tenha significado, aquele que se utiliza dele, segundo o autor, tem como objetivo a dominação, que deve ser legítima. Ele se baseou em três eixos para a construção de tipos puros de dominação legítima: *tradicional*,

carismática e legal (racional). O eixo tradicional foi observado por meio daquele poder que vinha do patriarca e na crença do caráter sagrado das tradições que os senhores de terras exerceram durante muito tempo. Já a dominação carismática era vinculada à qualificação pessoal do indivíduo, ou seja, era evidenciada no sentido de que o mesmo merecia considerações por suas qualidades – assim, criava-se um ser com poderes no domínio político, um dirigente soberano que fosse dotado de carisma. Por fim, o eixo da dominação legal fundamentou-se por meio de regras racionalmente estabelecidas e na existência de um quadro político burocrático.

Partindo da utilização destes três eixos, Weber percebeu o quanto a política na sociedade moderna vinha a ser um meio de vida que distinguia aqueles que viviam “para a política” e os que viviam “da política”. O autor discorreu acerca do assunto observando que *“quem vive para a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’”* (WEBER, 2008, p.64-65). Em contrapartida, o homem político que se baseava nos aspectos econômicos *“vê na política uma permanente fonte de rendas e no caso contrario ‘vive para a política’”* (WEBER, 2008, p.65).

Todos estes pontos e muitos outros englobaram todas as instituições, conceberam o Estado Contemporâneo que usou da coação física e que *“na luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o poder pelo poder, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder”* (Weber, 1971, p.98) fazia com que aquele que o visava estivesse envolvido ativamente a esta concepção weberiana, pois mediante isso o indivíduo concebia e participava da política.

Nesse quadro político de políticas de massa os cidadãos buscaram o ideal de governo personalizado no líder dotado de carisma e que assumisse suas tarefas, mas que, em contrapartida, exigia obediência como forma de apoio a sua “missão”. O povo visou romper com os regulamentos e com as políticas formais e viam no “senhor carismático” aquele que podia revolucionar a ordem estabelecida e contestá-la a partir de um apelo à fraternidade, ao bem-comum e à justiça social.

No Brasil, um exemplo de político com vocação e dotado de carisma, foi Getúlio Dorneles Vargas. Como presidente, ele soube exatamente como usar de certa demagogia e tornou-se fonte para os estudos das manifestações da política do populismo.

3 A POLÍTICA POPULISTA E VARGAS

Brasileiros! No alvorecer do novo ano, quando nas almas e nos corações se acende mais viva e crepitante a chama das alegrias e das esperanças e sentimentos mais forte e dominadora a aspiração de vencer, de realizar e progredir, venho comunicar-me convosco e falar, diretamente, a todos, sem distinções de classe, profissão ou hierarquia, para unidos e confraternizados, erguermos bem alto o pensamento, num voto irrevogável pela grandeza e pela felicidade do Brasil (VARGAS, 1938, p.121).

Palavras de efeito que causam furor diante das massas devem ser ditas por um comandante de pulso firme, com olhar atento e visão para adaptações que a modernidade exige. Distante do povo, o político não é capaz de mudar a ordem vigente em um Estado. Perto dele, no entanto, a responsabilidade assumida pelo discurso de “fazer pelo bem” caracteriza a figura pública como partícipe daquilo que um país almeja: um líder pragmático e que simbolize uma espécie de “ser heróico” para proteger a nação. Tais aspectos podem ser classificados como intrínsecos na busca pela inovação e pela sensibilidade em lidar com grande público. Diante da política brasileira não há quem mediante muitos feitos – entre eles, uma revolução –, mudasse profundamente a história do país, a ponto de ser lembrado por suas atitudes mesmo depois de algumas décadas.

A habilidade de Getúlio Vargas perpetuou o pensamento político das gerações futuras de líderes do Executivo. Entre outros aspectos, os sucessores tiveram como legado a orientação e direção para presidir multidões, fator que referenciou Vargas como “*notável doutrinador*” (AZEVEDO, 1943, p. 62). Dentro das práticas políticas vigentes durante a República Velha, tanto o crescimento econômico quanto o industrial não poderiam ser incorporados por um governo fragmentado. Assim, para transformar o país havia necessidade de uma liderança política com habilidades para lidar com as tensões sociais que se afluíam também dentro das esferas institucionais.

Para aliar o pensamento embasado a atitudes objetivas, Vargas, atento ao contexto da época, percebeu que alterações nos mecanismos políticos não eram feitas sem considerações sobre o cenário político. Ele mostrava sinais de um olhar cuidadoso acerca dessas necessidades e antevia as ações que o governo deveria tomar. Essa percepção não era fruto do acaso, pois o presidente apresentava estes

sinais desde quando era criança, no Rio Grande do Sul, quando participava, mesmo que como ouvinte, das conversas que seu pai, coronel Manoel de Nascimento Vargas, com os políticos da região. Tempo depois ingressou na carreira militar, realizando o grande sonho: era o princípio da vida política, complementada quando se tornou membro da Assembléia de seu Estado, aos 27 anos.

No jogo político aprendeu a agir relacionando a sucessão dos acontecimentos com o tempo. Dava as “cartas” nos momentos certos e recuava quando necessário. No Rio Grande do Sul, em 1927, quando ocupava o cargo de governador, denunciava sua visão e o quanto o povo estaria presente nele para benefício das massas. Organizar suas práticas de acordo com o meio político já o direcionava a ser grande líder político, dotado de poder e com prestígio que a ele era conferido. Representava a visão de Weber de que *“o Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”* (WEBER, 2008, p. 57). Esse fundamento foi ponto central para a aplicação de uma política de massa a qual Vargas praticaria durante seu tempo no poder.

Como se tornou referência no cenário político nacional, depois de estar à frente do governo do Rio Grande do Sul, Vargas teve pela frente a missão de representar a classe média, que pedia por uma liderança com perfil mais “autêntico”, para uma candidatura à presidência. Ele foi escolhido para representar a Aliança Liberal – que surgira a partir de um rompimento do Rio Grande do Sul e Minas Gerais com o governo Federal – nas eleições para a presidência em 1930 – fato contraditório, pois as ideias do partido vinham contra a elite oligárquica, que tinha como prática política o voto de cabresto, fraude no processo eleitoral, clientelismo político e o poder dos coronéis, atitudes condizentes às concepções políticas de Vargas.

A vitória de Júlio Prestes, candidato do governo já estava praticamente definida, mas reviravoltas no cenário político criaram um novo contexto. Com a deposição de Washington Luís, então presidente, a cúpula militar chegava ao Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1930, com a incontestável liderança de Getúlio Vargas, representante da oposição e que meses antes lançara um manifesto denunciando fraudes nas mesas eleitorais. Sua intenção como líder era suprimir a

auto-afirmação de alguns políticos da época, principalmente de São Paulo, além de levar a cabo as promessas feitas nas eleições, inclusive a de uma nova Constituição.

Os ânimos se exaltaram durante o período e a busca por uma liderança expressiva tornou-se uma questão urgente já que, pouco antes de Vargas entrar no governo, militares do Rio de Janeiro tiveram que assumir o comando da situação de forma provisória, pois *“a agitação explodia em toda a parte, apresentando-lhes a ameaça de uma revolução nacional como jamais tinham visto”* (SKIDMORE, 1982, p. 24). A transição a qual o país passou ficou conhecida como Revolução de 30. Vargas tomava o poder e em suas exposições reconhecia o manifesto como algo fundamental à nova política nacional, mas mantinha o discurso da ordem e da lei:

Jamais acenei para a Revolução, nem sequer proferi uma palavra de ameaça. Sempre que as contingências da luta me forçaram a falar ao público, apelei para o sentimento de cordialidade e para as inspirações no patriotismo, a fim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeassem a desordem material (VARGAS, 1938, p.55).

Quando tomou posse, em novembro de 1930, Vargas falava sobre a Revolução como sendo *“expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro”* (FONSECA, 1999, p.134) e diante deste desejo é que governaria para as classes menos favorecidas, assim como faria para as oligarquias e para as estruturas do poder que se configuravam na dominação da burguesia diante do povo, sendo que, estes objetivos estavam normalmente mascarados.

A partir de todos esses acontecimentos, iniciou-se o período que mais tarde ficaria conhecido como “Era Vargas”, que primava pela *“revolução dentro da ordem”* (FONSECA, 1999, p. 145), legitimando todas as práticas econômicas e sociais a favor de uma burguesia hegemônica no processo histórico, mas que perdia campo para novas forças políticas. Nesse sentido, as políticas populistas de Vargas começam a angariar espaço e configuram elementos decisivos na conjuntura a qual vivia o país.

Se o populismo virou prática política na Era Vargas, cabe aprender de que forma ele se revelou como estratégia viável em sua gestão. Governante que era, sabia que teria relação com as várias camadas que compõem uma sociedade e estas o viam de forma distinta. Entre os “ricos”, havia de certa forma uma relutância em aceitá-lo como chefe da nação. Mas mesmo diante dela, as classes privilegiadas

entendiam que o aparato governamental estava sobre controle, pois, de acordo com Robert M. Levine, elas sabiam que

Vargas era um de seus membros; que, como dono de terras e herdeiro de uma família poderosa e de renome, ele partilhava do ponto de vista de sua classe. Sabiam que seus discursos eram planejados para o consumo das massas e que era um político consumado. Respeitavam-no por isso embora julgassem que ele havia ido longe demais (LEVINE, 2001, p.142).

Dentre os que o apoiavam estavam os industriais, que criaram condições favoráveis ao crescimento do governo por meio do reconhecimento da política varguista. Políticos e jornalistas já não escondiam o quanto admiravam a figura sagaz que ele representava, assim como os

(...)homens de negócios e cafeicultores de São Paulo, que levantaram armas na insurreição contra seu governo em 1932, [mas que] amoleceram quando ele lhes concedeu um benefício financeiro inesperado, ao subsidiar preços enquanto as exportações caíam (LEVINE, 2001, p.142).

As elites observavam as aplicações das teorias e metas estatais e compartilhavam da opinião que atitudes democráticas não condiziam com a ideia do controle político, imprescindível ao chefe de um país. Não obstante, esta atitude anti-democrática de Vargas era vista como relutância a um governo participativo o qual os políticos de centro já vinham observando. Já os esquerdistas:

(...) odiavam-no pelos laços com os industriais, pela aliança com o comando militar linha-dura e pela construção de uma máquina trabalhista que esmagou os antigos sindicatos anarquistas, só prometendo benefícios aos trabalhadores dispostos a abandonar a militância (LEVINE, 2001, p.145).

Por alguns era louvado por sua capacidade e tenacidade política, mas em contra partida não aceitavam o fato de Vargas “cortejar os pobres”. Milhões de homens o reverenciavam como figura paterna e demonstravam confiança e afeto pela figura política que, de certo modo, personificava o Estado. Vargas discursava com energia, pedia esforços e envolvimento da população, proclamava que trabalharia *“para integrar no Estado Novo todos os brasileiros, convocando-os a cooperar, com fé e entusiasmo, na obra de restauração da vida econômica e política da Nação”* (VARGAS, 1938, p.187) e justificava o novo regime, com o qual

o Estado Novo corporificava, portanto, vontades e idéias que se impõem e se afirmam, dispostas a lutar, em qualquer terreno, contra todos os fatores de dissolução e enfraquecimento da Pátria – extremismos, comodismos e sabotagem. Ele mobilizará o que possuímos de mais são e melhor, para realizar o ideal de Nação forte, digna e feliz. (VARGAS,1938, p.189)

As realizações feitas por Vargas em favor do povo, principalmente nas relações trabalhistas, ajudaram na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943; no mesmo ano, o reajuste do salário mínimo, que fora instituído com grande repercussão em 1º de maio de 1940; a criação e as atividades da Comissão Técnica de Orientação Sindical, com o objetivo de dar certa vida aos sindicatos.

A ideia de protetor dos pobres, ou então, a expressão “pai dos pobres” foi apresentada na obra de Levine, quando o autor parafraseia um episódio em que Carolina Maria de Jesus, uma jovem negra indigente da zona rural de Minas Gerais, descreve o que significou a Revolução de 30 e a figura de Vargas. Ela relata:

No pavilhão das mulheres, só se falava na Revolução e nos benefícios que ela tinha trazido para o povo. Dizia-se que ela tinha mudado as regras do jogo para os trabalhadores, os salários eram melhores; eles já podiam ter conta em banco e outros benefícios que a legislação para a classe trabalhadora trouxe. Um trabalhador pode se aposentar quando ficar velho e receber o pagamento integral do trabalho dele. Os trabalhadores estavam contentes com as leis. E Getúlio estava começando a ficar conhecido como o “pai dos pobres”. As pessoas eram disciplinadas (LEVINE, 2001, p. 148).

A relação entre o presidente e o cidadão nesses moldes retrata uma das funções da política populista. Vargas simpatizava tanto do ideal de estar unido ao povo que criou canais de ligação como, por exemplo, a oportunidade de os trabalhadores enviarem cartas ao presidente. As correspondências eram endereçadas e encaminhadas à Secretaria da Presidência da República. Entre 1936 e 1945, Luiz Vergara – que chefiava a Secretaria – teve como função ler e responder as cartas, encaminhando as soluções em nome do presidente. Os objetivos eram pessoais e pediam por empregos, vagas em hospitais, promoções, entre outros. Estas cartas tinham a função da “gente comum” obter direitos e favores e, em consequência, a figura de chefe centralizador que Vargas divulgava reforçava-se ainda mais, sendo ele considerado um justiceiro que dava valor aos anseios da população.

Mas existia o lado cruel desta aparente proximidade. Ele mostrava em seus discursos que a relação entre os trabalhadores e o Estado tinha como pano de fundo

boas intenções e sempre com resultados a favor de um só lado, no caso o do governo. A classe operária estava subordinada ao presidente que, ao dissolver o Legislativo, eliminava os mediadores que poderiam atrapalhar as relações com os operários. A classe já vinha debilitada e o potencial reivindicatório, assim como a luta sindical, tornou-se cada vez menos expressivo.

A supressão de mediadores era propícia ao discurso de Vargas, que vivificava a legitimação e soberania do Estado por intermédio da personalização. Chegando a esse aspecto, neste processo de tornar o governo cada vez mais forte e indispensável, o mesmo utilizava de meios modernos para chegar as massas. Esse era o intuito da política populista e, para o êxito dessa proposta foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Lourival Fontes, diretor do DIP afirmava que o órgão tinha por fim:

Centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional (TOTA, 1987, p.34).

O que importava a Vargas não era o que dizia ao público, mas como dizia e o DIP era fundamental neste processo. Em 1938, 60% dos artigos em jornais e revistas eram matérias distribuídas pelo principal aparelho ideológico do Estado. O DIP promovia o nacionalismo em eventos públicos e no sistema escolar, ao mesmo tempo que censurava as mídias privadas. Entre as obras que eram divulgadas nas escolas primárias estavam retratos do sorriso do presidente, de modo que essas imagens da vida definitivamente não saíam da mente dos brasileiros. Chegou-se ao ponto de até a foto oficial, de casaco e meio sorriso, à *Monalisa* (ver anexo 1) ser distribuída em colégios, repartições públicas, clubes, estações rodoviárias, aeroportos, casas comerciais e outros, fato que firmava o quanto o governante queria além dos ouvidos, os olhos do povo em sua volta.

A imprensa pedia sua autonomia quando o DIP “sugeriu” que editores publicassem matérias do órgão governamental. Tais episódios aconteceram com o jornal *Estado de São Paulo*, o qual ficava sob o controle direto do governo e seus diretores pressionados por Lourival Fontes.

Até mesmo o modo de falar do presidente mudou quando da divulgação na imprensa de seu governo. Textos de linguagem rebuscada não cabiam mais ao

discurso e à ideologia do populismo pois, segundo J. S. Maciel Filho, dono do jornal, pareciam *“muito acadêmicos, corretos demais, não se dirigem as massas, tem mais a ver com os intelectuais”* (LEVINE, 2001, p. 95).

Seu público maior estava no rádio e Vargas fazia questão de falar na “Hora do Brasil”, que além de notícias fazia os ouvintes apreciarem as músicas, discursos animadores e dicas para o cotidiano. Também incentivava a publicação de livros para os jovens e literatura de cordel. Cercando as manifestações culturais, estava sempre o enaltecimento das virtudes do presidente e de seu regime, como fez João Martins Ataíde ao cantar no poema a figura do presidente:

O que há de mais importante
na vida do presidente
é que ele tudo resolve
com um sorriso, calmamente,
livrando sempre o Brasil
da infante guerra civil
que apavora nossa gente

As lutas de trinta e dois,
trinta e cinco e trinta e sete,
nas mão de um homem tirano,
sangue virava confete.
Mas nosso presidente,
julga tudo humanamente,
ninguém mais nunca se mete.

Nos países estrangeiros
se trabalha todo o dia
só se recebe comida
e uma pequena quantia:
o operário é do Estado,
seu trabalho escravizado
não tem a menor valia
(FAUSTO, 2006, p.118-119)

O presidente utilizava as massas para legitimar a política de Estado, e se fazia como interlocutor da classe operária, dizendo quais eram as aspirações destas, enaltecendo a “Ordem e o Trabalho”. Sobre a ordem, dizia que era “condição única” para que houvesse uma dedicação ao trabalho, tão importante para a construção do país.

4 O QUE SOBROU DO POPULISMO NA ERA VARGAS

A política populista foi analisada por meio de sua representação e prática no Brasil. Ela pode ser considerada como resultado do processo no qual a burguesia urbana brasileira ascende ao poder em detrimento à queda da aristocracia cafeeira. Conforme citado ao longo do presente trabalho, a industrialização foi o pilar para uma nova política, fator preponderante a repulsa a paradigmas consolidados como, por exemplo, a falta de articulação no campo do poder da classe média, de setores militares e de classes populares. Aliado a isso, a queda nos preços da *commodity* durante os 1920 levou o país a uma nova conjuntura, cuja essência é a consolidação de uma burguesia industrial que via no processo de modernização o ponto chave para, além do crescimento econômico, obter abertura política.

Nesse campo, o governo Vargas realizou aspirações dos setores dominantes, mas tendo como base práticas que circundavam os interesses das várias classes. O presidente conseguiu legitimar o poder enquanto governante e usou de carisma e benevolência para atingir ideais políticos. Weber alega que tal concepção “*não se detém diante de nenhuma consideração e de nenhum princípio, é praticado, se não exclusivamente, ao menos principalmente, por indivíduos (...) interessados na manutenção de certa ordem econômica em sociedade determinada*” (WEBER, 2008, p.67).

Vargas sabia das aspirações do povo, mas concomitantemente, estava ligado a uma oligarquia que esperava mais do que um convencional governante. Buscava a manutenção de seus princípios dentro da ordem estabelecida e almejada, no contexto em que o país vivia. A partir de abril de 1953 e com o golpe de Estado em 1954, desencadeava-se então uma grande crise política, e assim a decadência do governo populista de Vargas. De que modo isso ocorreu explica-se desde o início do governo e de todas as práticas adotadas por ele. Fatores como desenvolvimento econômico, social e político do país, simbolizados na acelerada modernização e industrialização são os primeiros indícios de que rompimentos nestes campos iriam acontecer. Além disso, nos anos de 1930 a 1960 ocorre a

democratização das relações políticas e sociais, a expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes média e operária, inclusive em certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes, foram a consequência e o componente da ruptura político-econômica ocorrida nessa época (IANNI, 1975, p.08).

Estes acontecimentos levam a uma análise das políticas de massa e todo o papel que elas tiveram. Percebia-se que o modelo o qual Vargas escolheu trazia a ele vários problemas: mesmo que combinando interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial, além dos outros setores da sociedade e criando instituições democráticas que de alguma forma garantiriam o acesso dos assalariados a uma parcela do poder, as condições de luta ainda eram muito superficiais. O intuito era romper com a sociedade tradicional da República Velha e criar condições em que o Estado desse uma abertura maior para que houvesse a *“nacionalização das decisões”* (IANNI, 1975, p.56).

O que se observa é que o discurso do getulismo, que propagava a distribuição de renda e desenvolvimento das classes menos favorecidas, tornava-se puro e simplesmente teórico. Mesmo que assinalando todos os benefícios que o governo Vargas ofereceu ao povo, o que se via era que a política de igualdade das classes absorvia o salário daqueles que mais precisavam dela. O regime do salário mínimo silenciava o povo, que tinha a ilusão da segurança e de uma remuneração justa, mas que na verdade mantinha as relações de produção e a economia de acordo com a política desenvolvimentista.

A partir desses fatos acontecem em conjunto ações de vários grupos da sociedade, em especial a burguesia, cujo ideal era o de se apropriar da crise de 1953-54 para estabelecer ideais contra o populismo varguista. De um lado, a burguesia comercial permanecia contra o regime populista. Com a construção da União Democrática Nacional (UDN), a classe pregava como ideal do partido, junto com a grande imprensa do país e Federação das Associações Comerciais do Brasil, uma *“oposição liberal entreguista ao populismo”* (BOITO, 1982, p.35). Do outro lado, há a burguesia industrial que compartilha com o governo os ideais populistas. Os benefícios que os industriais tiveram com a prática de governo foram inúmeros, mesmo porque o populismo estava voltado a uma industrialização cujo aspecto

principal era a manutenção de uma mão-de-obra aliciada, ou seja, não consciente a questionar as medidas governamentais.

A forma pela qual o ideal populista entrou em “colapso” no governo Vargas reflete-se em algumas curiosas situações. Burguesia comercial e industrial, mesmo com suas divergências, presenciavam a reivindicação das classes populares:

Quando a burocracia de Estado, confrontada como ascenso da luta reivindicatória das classes populares, vê-se obrigada, para não perder o controle político de sua base da massa, a contemporizar e a fazer algumas concessões frente às reivindicações populares, contrariando as expectativas expressas da própria burguesia industrial. Foi exatamente isso o que ocorreu em 1954 (BOITO, 1984, p.36).

Neste ano, as classes dirigentes viam-se às vésperas de uma revolução das camadas populares. Mas isso estava distante de acontecer, pois o regime não tinha interesse que estas fizessem parte do jogo político. Por meio do discurso de concessões econômicas, o governo calava a voz do povo e suas intenções revoltosas.

O golpe de Estado, em agosto de 1954, pode ser considerado ponto essencial para o fim da política varguista. O desgaste e a pressão exercida pelo povo aliavam-se a outro preponderante fator à derrocada – para entender o golpe é necessário compreender que, a junção entre burguesia industrial e comercial tinha outro grande aliado: o imperialismo norte-americano que, quando do auge do governo Vargas, segundo algumas discussões, subordinava-se a seus interesses e obtinha grandes vantagens por meio desta ligação com o Brasil, onde os interesses econômicos e comerciais predominavam as relações. Vargas elaborava decretos leis para que o capital estrangeiro entrasse no Brasil e concedia matéria-prima para as Forças Armadas dos EUA, além de enviar tropas para a Guerra contra a Coréia do Norte que os americanos empreendiam. Essa aliança entre as burguesias com o imperialismo norte-americano desencadeavam no ideal

de depor o governo populista de Getúlio Vargas, colocando-se sob a direção do setor antiindustrialista das classes dominantes. O resultado dessa nova correlação de forças no interior do bloco no poder aparecerá nas medidas de política econômica contrárias à industrialização (BOITO, 1984, p.37).

A crise do regime teve como estopim a luta reivindicatória da classe operária pois, a partir dela, o governo pôde prever o desfecho do populismo de Vargas quando, em março de 1953, o país presenciou uma greve com 300 mil operários na capital paulistana. Foi nesse momento que as forças de instabilidade do sistema de contradições e as alianças que perpetuavam o sistema populista depararam-se com o enfraquecimento da base de sustentação do governo atuante. *“A política populista entrara em crise. De um lado, fechava-se, em torno do governo, o cerco dirigido pelas forças antiindustrialistas, de outro a luta reivindicatória do proletariado abalava a sua sustentação de massa”* (BOITO, 1984, p.73).

Mesmo que com atitudes revoltosas, o governo reconhecia o sofrimento dos trabalhadores e mostrava-se cúmplice da luta operária. Já havia evidenciado, inclusive, que almejava maior contato com as classes trabalhistas. As políticas sociais adotadas por Vargas eram prova disso, assim como as concessões políticas dadas aos trabalhadores ou a majoração do salário mínimo (em 1951 e em 1952), quando foi efetuada a reformulação do Estatuto dos Funcionários Públicos. Todos esses elementos afirmavam a mística de que o governo divulgava uma política nacional-reformista que no princípio mostrava alguns bons resultados, mas que não conteve a busca por uma maior igualdade de direitos.

Algumas esferas da sociedade estavam alheias ao movimento grevista, como a classe rural e a chamada pequena burguesia (classe média), mas a baixa classe média mostrava-se crítica em direção às atitudes políticas de Vargas, motivo o qual fez o presidente perder o apoio até então irrestrito – a greve é a quebra formal da aliança. Já os bancários se solidarizavam com a luta dos operários e viam nas ações sindicais que os mesmos impetravam algo que se chocava com a atual política de governo. No topo da pirâmide social, a classe dominante observava na greve operária uma única solução: o golpe de Estado. *“Ela [a elite] acreditava ter chegado o momento de empreender uma nova tentativa de restaurar a hegemonia política que perdera em 1930”* (BOITO, 1984, p.70).

A crise teve uma característica peculiar: as massas, abstraídas pela ideologia pequeno-burguesa, estavam contra a política populista do governo Vargas e não com o ideal populista em si. Isto foi um ponto importante para o fenômeno populismo, e as lideranças observavam no líder o único meio de atingir, apesar do aspecto formal, as massas desorganizadas. Mesmo com todo o carisma e a

aprovação que perdurou durante muitos anos, Vargas encontrava vários adversários no caminho. As atitudes do presidente já não convenciam, mesmo quando em 1º de maio daquele ano, foi concedido um reajuste de 100% no salário mínimo. O discurso no palanque “hoje eu, amanhã do povo” não atingia o efeito esperado.

Manter a solução populista se tornava inviável e Vargas percebera. Nem mesmo o “Movimento Queremista”, cujo lema era “Queremos Vargas”, surgido na ditadura do Estado Novo, era suficiente para que o governo conseguisse convergir o povo novamente aos ideais varguistas. O contexto em 1954 trazia *“a insatisfação das massas, atraídas pela luta reivindicatória do proletariado, que somava-se ao obstáculo representado pela linha oposicionista do Partido Comunista do Brasil”* (BOITO, 1984, p.104).

O efeito político se tornava oposto ao que o líder esperava. Em 24 de agosto de 1954 a burguesia industrial abandonou o governo e Vargas foi deposto, fato que nem o próprio presidente soube em um primeiro momento. O governo populista não suportaria romper ao mesmo tempo com a burguesia, com o imperialismo e com o latifúndio. A reação popular ao golpe aconteceu bem mais tarde, com quebra-quebras nas capitais atingindo inclusive os jornais.

O governo de Getúlio Vargas não representava os trabalhadores e tampouco representava, em sentido restrito, a burguesia industrial, embora essa fração da classe dominante tenha sido a grande beneficiária de sua política. Era um governo controlado diretamente pela burocracia do Estado brasileiro que sustentava um projeto de industrialização capitalista com a criação de um mínimo de direitos trabalhistas e sociais. BOITO

Quando ocorreu o suicídio, Vargas deixa a famigerada “Carta Testamento” que, dentre outros objetivos respondia aos acontecimentos dos últimos anos:

(...) não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo” (BOITO, XXXXXXXXX).

A carta e toda simbologia que está acerca dela é digna de um líder carismático o qual Vargas se tornara, mostrando que sua luta não teria fim. Se foi ao povo que ele governava, ao povo ele devia uma resposta:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate (BOITO).

O populismo varguista não criou um Estado de bem-estar social, tampouco resolveu os problemas estruturais do país. O que ficou como recordação foi um governo cheio de contradições, que contava com uma economia repleta de trabalhadores descontentes. O que restou foi um grande contingente populacional iludido e à margem da sociedade, além da perpetuação da hegemonia burguesa. Mas certamente foi a personificação do líder com carisma, que tinha a seu favor o apoio popular a característica mais marcante. O regime varguista deixa como herança a eterna lembrança de suas conquistas para além da vida, e que figuraram na história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O populismo surge como resposta a busca por reformar a estrutura social vigente, embasada pelas consequências da modernização e do desenvolvimento econômico vivido no final da década de 1920. Impetrou dentro de sua estrutura a sustentação de uma política voltada as massas, mas com verdadeiros objetivos na manutenção de uma classe dominante.

Durante grande parte da Era Vargas, as classes populares depositaram toda a confiança no líder, o representante de um projeto de nação cuja personificação pedia ações políticas concretas para que se mantivesse uma relação de confiança Estado e população. Esta, aliás, tendia a identificar-se com alguns partidos e líderes que, mesmo associados ao *status quo*, e vindos de classes não-populares, tornavam-se porta-vozes dos interesses populares a partir do oferecimento de maior participação social e econômica à massa. Se a relação não se concretizava, era ao líder quem o povo se dirigia em busca de respostas, pois era ele quem deixava transparecer que por meio desta estreita afinidade os projetos para melhoria da situação vigente seriam postos em prática.

Vargas tinha armas para a manutenção de uma hierarquia política e, aos olhos do povo, havia ainda a estigmatização de um político preocupado com o real contexto em que às classes trabalhadoras viviam. As palavras descritas na bandeira brasileira de certa forma resumem um dos pontos fundamentais da ideologia varguista: “Ordem e Progresso”. Como político, Vargas se tornou imbatível no ponto de vista eleitoral e seu governo teve como ações positivas, uma agenda social que produziu políticas públicas para as diversas camadas da sociedade.

Mas as concepções políticas populares se tornavam questionáveis, a ponto de o regime populista ficar

(...) condenado pelas forças que o compunham, condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização de massas rurais; pela burguesia industrial temerosa também da pressão popular e já veiculada, por alguns de seus setores mais importantes e dos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do mesmo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas as forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas (WEFFORT, 1978, p.78).

Dentro da própria estrutura de sociedade, as contradições apareciam. Adversários, os sindicatos acusavam-no de repressor, enquanto a classe dominante apontava-o como conivente com os grevistas. O episódio que desencadeou a queda de Vargas, na Rua Tonelero, foi o ponto chave para uma ofensiva contra o governo. Mesmo na ocasião a qual o jornalista Carlos Lacerda – que teoricamente era o alvo, embora tenha saído apenas ferido – deram indicativos de que o crime estava ligado ao presidente e, após o episódio, ficou ainda mais complicada a manutenção no poder.

Certamente, a perpetuação da força varguista já deixava de existir, de modo que na Carta Testamento Vargas visou uma forma de responder e tentar manter-se com “dignidade” frente à nação. Com linguajar bastante peculiar ao próprio presidente, Vargas despede-se daqueles que o impulsionaram ao poder, o povo, e responde a burocracia do Estado. Foi a vitória do capitalismo internacional que direcionava o País ao aprofundamento das relações, deixando para trás os setores externos e a sociedade tradicional e um desenvolvimento econômico independente.

REFERÊNCIAS

BOITO, Armando. **O golpe de 1954**: A burguesia contra o populismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FAUSTO, Boris. **Getulio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1975.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Tendências Demográficas no Período de 1940/2000**: 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf. Acesso: 20 out. 2009.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres? Brasil na era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PETRY, Almiro. **Max Webber**: o intelectual e o homem político. Opinião, Canoas n.13 jul/dez de 2004 p. 7-17.

SKIDMORE. Thomas E. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938.

WEBBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.